

Balanço de uma viagem supérflua

ESTADO DE SÃO PAULO

11 MAR 1986

Um dos mais ilustres professores da *École Libre Des Sciences Politiques* de Paris, André Siegfried, ao dissertar sobre geografia econômica, aconselhava seus alunos da *rue Saint Guillaume* a visitar os outros países, para poderem assenhorar-se de um espectro de sons e odores, o que muito lhes facilitaria o conhecimento das particularidades econômicas de cada povo. O ministro Dílson Funaro bem poderia ter ouvido algumas das preleções do velho mestre francês (mentor de diversas gerações), porquanto acaba de fazer em alguns dias uma volta ao mundo para, visitando os governos dos países credores, deixar bem claro que a renegociação da dívida externa é um problema político.

O balanço dessa peregrinação pode ter sido positivo na medida em que ela permitiu ao nosso ministro conhecer as mil e uma nuances que podem revestir uma contra-argumentação: a orgulhosa atitude britânica (não diretamente expressa, mas através de um comunicado); a *courtoisie* francesa, que costuma prometer dar todo o seu apolo, desde que os outros também o façam; a esfuziante euforia italiana, a refletir a escassa

preocupação de um credor pouco engajado, e a filosófica reação do interlocutor germânico. A maior surpresa ocorreu certamente no Japão, onde as respostas costumam vir rápida e claramente...

O que nos parece inútil foi a viagem, uma vez que, na realidade, já conhecia o Brasil a resposta dos governos contida no acordo firmado com o Clube de Paris em 21 de janeiro último. Tal acordo era suficientemente recente para que a posição dos governos tivesse mudado: assim, supérfluo seria visitar os Estados Unidos, o Reino Unido, a França, a República Federal da Alemanha, a Suíça, a Itália e o Japão para ouvir o que já fora dito na reunião do Clube de Paris.

Os membros dessa instituição, embora não tivesse o Brasil divulgado tal pormenor, exigiram a intervenção do FMI. Foi graças à opinião favorável do seu ex-diretor-gerente, Jacques de Larosière, que o Clube de Paris conseguiu (*a posteriori*) o reescalonamento das dívidas de 1985 e 1986. Quanto ao reescalonamento do principal do primeiro semestre de

1987, foi também condicionado a um pronunciamento do novo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, ao qual se deu prazo, até 15 de julho do corrente, para emitir sua opinião sobre a política econômica do Brasil. Caso tal opinião (uma vez ouvidos os economistas que deverão visitar o Brasil) venha a ser negativa, não se conseguirá a consolidação da dívida vencida do primeiro semestre.

Sabia pois o ministro Dílson Funaro que, antes de qualquer contato com os governos-membros do Clube de Paris, cumpria elaborar um programa econômico que pudesse dar confiança aos credores oficiais. Teria sido muito melhor, certamente, que Dílson Funaro tivesse permanecido em Brasília para elaborar tal programa ou discutir aquele arquitetado pelo ministro João Sayad, do que perder seu tempo em ouvir o que já se dissera na reunião de janeiro do Clube de Paris. A época, tudo foi dito com firmeza, embora acompanhada de diplomacia. Desta feita, o ministro cansou alguns dos seus interlocutores, levados a duvidar da seriedade da conduta da política econômica brasileira.

Mas também, em todos os países, o ministro Dílson Funaro foi aconselhado a recorrer a um acordo *stand by* com o FMI. Já o esperava, porquanto participou da citada negociação com o Clube de Paris. Com efeito, explicitou-se claramente que, se no segundo semestre o Brasil não estivesse em condições de honrar seus compromissos com aquele organismo, este, somente nos quadros de um acordo *stand by* com o FMI, aceitaria uma renegociação. Difícil entender a razão que levou o nosso ministro a consumir preciosas divisas para, finalmente, ouvir o mesmo refrão...

Na realidade, há dois anos vimos verificando que os governos são mais duros que os bancos credores em relação ao nosso país. Não se entende, assim, que se peça ajuda àqueles para obter a boa vontade destes. Muito mais eficaz seria, sem perda de tempo, recorrer-se — como o faz agora o presidente do Banco Central — ao Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores (ainda que este não seja representativo, segundo diz o ministro Dílson Funaro...) para obter-se a prorrogação do acordo que expira em 31 de março, o qual exige a aprovação de 95% dos credores...